

ATA Nº 11/2023 DE 23.11.2023

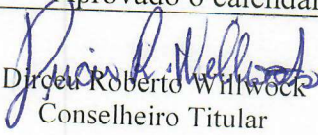
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TAIÓPREV

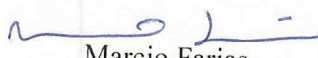
Ata da reunião ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIÓPREV, realizada ao vigésimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na sala de reuniões do TAIÓPREV. Atendendo convocação, compareceram os seguintes membros do Conselho de Administração Titulares, Márcio Farias, Simão Seleme Neto, Elvies Johny Schreiber, Wanderlei Salvador, Sara Guiomar Bronneman e Dirceu Roberto Willwock e Suplente a Conselheira Irineia de Lourdes Cardoso Baldessar. Além da Diretora Presidente Indianara Seman. Aberto os trabalhos pelo Presidente do Conselho de Administração Márcio Farias, que cumprimentou todos os presentes e em seguida iniciou explanando a pauta da reunião. De acordo com a pauta, são objetivos desta reunião: **1. Leitura da Ata do Comitê de Investimentos 22/11; 2. Apresentação dos Resultados dos Investimentos do Mês Outubro; 3. Apresentação da Política de Investimentos 2024; 4. Aprovação da Conselheira Irineia na Prova de Certificação para o Comitê; 5. Autorização para compra de itens para o CoffeBreak da Reunião Conjunta em Dezembro; 6. Recesso Final de Ano – Calendário; 7. Calendário de Reuniões 2024; 8. Assuntos Gerais.** Para dar início o Presidente Márcio solicitou que Indianara apresentasse os 3 (três) primeiros itens da pauta, pois eram assuntos conexos. **1. Leitura da Ata do Comitê de Investimentos 22/11;** Indianara realizou a leitura da Ata de reunião ordinária do comitê de investimentos do dia 22.11.2023 com as deliberações do mês de novembro. Com destaque ao recebimento de cupons semestrais e seu reinvestimento. Após a leitura, Indianara deu a palavra aos conselheiros para esclarecimentos, não tendo nenhum apontamento e sendo as deliberações do comitê de investimentos foram aprovadas sem ressalvas. **2. Apresentação dos Resultados dos Investimentos do Mês Outubro;** Indianara apresentou o relatório de gestão de investimentos do mês de outubro elaborado pelo comitê de investimentos, juntamente com a consultoria e a carteira do mês de Outubro encerrou o mês tendo a sua composição assim dividida: Títulos Públicos 53,26%, Fundos de Renda Fixa 25,63%. Ativos de Renda Fixa 13,68%, Fundos de Renda Variável 6,83%, Fundos Multimercado 0,59%, Contas Correntes 0,01%. Com um saldo de R\$ 62.573.914,05 (sessenta e dois milhões quinhentos e setenta e três mil novecentos e quatorze reais e cinco centavos) com uma rentabilidade abaixo da meta. A meta para o mês de outubro ficou estabelecida em 0,63% e a meta alcançada foi de 0,12%, obtendo um retorno financeiro positivo no valor de R\$ 78.746,23 (setenta e oito mil setecentos e quarenta e seis mil e vinte e três centavos). **3. Apresentação da Política de Investimentos 2024.** Na sequência Indianara apresentou a Minuta da Política de Investimentos 2024, que foi elaborada pelo Comitê de Investimentos e pela Assessoria de Investimentos SMI. Com o documento projetado em tela, Indianara mencionou todos os itens obrigatórios constantes da Política de Investimentos, explicando cada um deles. Registra-se os principais pontos discutidos da Política: Modelo de Gestão – gestão própria; Descrição dos responsáveis pela gestão dos recursos; estratégias de investimentos e desinvestimentos; vedações: Aquisição de Letra Financeira somente de instituição pertencente ao Segmento S1; Meta de Rentabilidade: IPCA + 4,88%; Limites de Alocação dos Recursos – estratégia alvo; Gestão de Risco; Política de Transparência; Credenciamento das Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos; E o cenário econômico que fundamentou as decisões da estratégia alvo para o ano 2024. Após apresentação, os conselheiros aprovaram a Minuta da Política de Investimentos 2024 apresentada sem nenhuma ressalva e que se encontra anexa a presente ata. **4. Aprovação da Conselheira Irineia na Prova de Certificação para o Comitê;** O Presidente Márcio informou os demais conselheiros que a Conselheira Irineia obteve aprovação na Prova de Certificação para Membros do Comitê de Investimentos e conforme deliberação em reuniões anteriores, ela se encontra apta para representar o Conselho de Administração no comitê de Investimento. Dessa forma, todos concordaram que a Conselheira Irineia de Lourdes Cardoso Baldessar deve integrar o Comitê de Investimentos e substituição da Conselheira Tatiane Gonçalves Herrera. **5. Autorização para compra de itens para o CoffeBreak da Reunião Conjunta em Dezembro;** Nesse item o Presidente Márcio lembrou aos conselheiros que no dia 13 de dezembro

acontecerá a reunião conjunta entre o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos. E por ser uma reunião mais extensa, se faz necessário ter um coffee break. Dessa forma, solicitou aprovação para aquisição de itens nos mesmos moldes das reuniões dos anos anteriores. Solicitação aprovada por todos os presentes; **6. Recesso Final de Ano – Calendário;** Nesse item, Indianara apresentou a proposta de calendário de recesso de final de ano e de suspensão de prazos administrativos aos conselheiros, sendo aprovado o calendário que se encontra anexo a presente ata. **7. Calendário de Reuniões 2024;** Na sequência foi desenvolvido o calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2024 que se encontra anexo a presente ata. **8. Assuntos Gerais.** Nos assuntos gerais o Presidente Márcio apresentou aos conselheiros alguns assuntos para que fossem discutidos e analisados por todos. Iniciou pela regulamentação do processo de eleição de conselheiros. Na Lei Municipal 3.625/2012, dispõe que a eleição dos representantes dos servidores ativos e inativos será realizada pela entidade sindical, mediante decreto de regulamentação. No entanto, este decreto não existe, se fazendo necessária a sua edição para dar embasamento para a entidade sindical realizar as próximas eleições dos mandatos de conselheiros. Como outro assunto, Márcio também lembra que a atual gestão de conselheiros se encerra em março de 2025, e que para o próximo mandato todos os conselheiros precisarão ter certificação, por isso sugere colocar como etapa da eleição e da nomeação que o futuro conselheiro já possua a certificação. Também foi sugerido colocar no plano de ação do TAIOPREV para o ano 2024, realizar uma capacitação para futuros candidatos a conselheiros. E ainda neste mesmo assunto, Márcio sugere que a legislação seja alterada para reduzir o tempo mínimo de 5 (cinco) para 3 (três) anos de efetivo exercício para compor o conselho. Todas as sugestões serão discutidas em reuniões posteriores. Como outro assunto, Márcio comentou sobre o ajuste do número de membros do comitê de investimentos para número ímpar. Aumentando de 4 (quatro) para 5 (cinco) membros. Esse quinto membro ficou sugerido ser um indicado do Poder Executivo, seguindo os mesmos critérios existentes na legislação. Também, outra proposta de alteração de legislação, seria a criação da função de Gestor de Recursos. Atualmente, não há previsão na lei municipal dessa função, embora há previsão e obrigação na legislação federal. Por isso, na próxima alteração da lei, já realizar a inclusão da função do Gestor de Recursos. Márcio pede que seja solicitado à Diretora Administrativa Financeira que realize uma pesquisa nos outros municípios sobre modelos de legislação quanto à esse tema. E para finalizar, também há a necessidade de alterar a legislação quanto à substituição dos membros da Diretoria em caso de afastamento prolongado (ex. licença tratamento de saúde e licença maternidade). Todos esses assuntos tratados pelo Presidente necessitam de mais discussões entre os conselheiros, e serão abordados nas próximas reuniões. Nada mais a tratar o Presidente encerrou a reunião e eu lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Indianara Seman e demais presentes.

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO:

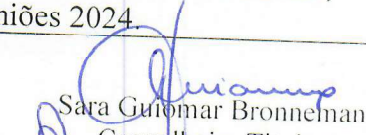
- Aprovadas as alocações e decisões de investimentos do comitê de investimentos de Outubro;
- Aprovada a Política de Investimentos 2024.
- Aprovada a indicação da Conselheira Irinéia para compor o Comitê de Investimentos;
- Aprovada a aquisição de itens para o coffee break da reunião conjunta em 13/12/2023;
- Aprovado o calendário de recesso 2023 e calendário de reuniões 2024.

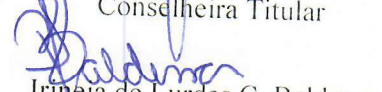

Dirceu Roberto Willwock
Conselheiro Titular


Marcio Farias
Presidente do Conselho


Simão Sefeme Neto
Conselheiro Titular


Wanderlei Salvador
Conselheiro Titular


Sara Gutomar Bronneman
Conselheira Titular


Irineia de Lurdes C. Baldessar
Conselheira Suplente

ANEXO I
CALENDÁRIO RECESSO FINAL DE ANO 2023

Data	Evento
20/12	Pagamento da Folha de dezembro e início da suspensão dos prazos administrativos
22/12	Último dia de Expediente
25/12 a 01/01	Recesso
02/01	Retorno do Expediente
22/01	Retorno dos prazos administrativos

ANEXO II
Cronograma de Reuniões Ordinárias Conselho de Administração - TAIÓPREV
Local: Sede do TAIÓPREV

Data	Horário
25/01/2024	08:30
22/02/2024	08:30
21/03/2024	08:30
25/04/2024	08:30
23/05/2024	08:30
27/06/2024	08:30
25/07/2024	08:30
22/08/2024	08:30
26/09/2024	08:30
24/10/2024	08:30
21/11/2024	08:30
11/12/2024	14:00

ANEXO III
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO 23/11/2023

Indianara Seman Indianara Seman

Tayse Ariane Geremias _____

Elves Johny Schreiber [Signature]

Cristiana Sandri de Souza _____

Maura Alves de Melo _____

Daniele Leitzke da Silva _____

João Ricardo Mees _____

Simão Seleme Neto Simão Seleme Neto

Silvio Bonin Junior [Signature]

Wanderlei Salvador [Signature]

Dirceu Roberto Willwock Dirceu Roberto Willwock

Irineia De Lurdes Cardoso Baldessar Irineia De Lurdes Cardoso Baldessar

Márcio Farias [Signature]

Tatiane Gonçalves Herrera _____

Sara Guiomar Bronneman Sara Guiomar Bronneman

Wera Lucia Pacher Schmitz _____



TAIÓPREV

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC – TAIÓPREV

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. MODELO DE GESTÃO	5
3. RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DOS RECURSOS.....	5
4. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS.....	7
5. VEDAÇÕES.....	10
6. META DE RENTABILIDADE	10
7. LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	11
8. SELEÇÃO E PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS.....	12
9. GESTÃO DE RISCO.....	13
10. ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO	14
11. PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	15
12. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	16
13. CREDENCIAMENTO DAS INST. FINAN. E FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	16
14. ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS	16
15. DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS	17
16. CENÁRIO ECONÔMICO	17
17. DISPOSIÇÕES GERAIS	22
18. ASSINATURAS.....	23
19. ANEXO I - LISTA DE RATINGS.....	24
20. ANEXO II – ADESÃO AO NÍVEL II DO PRÓ-GESTÃO.....	25

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2 / 25

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o TAIÓPREV apresenta a versão final de sua Política de Investimentos para o ano de 2024.
- 1.2. A Política de Investimentos estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS, com base na Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e pela Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022 e alteração Portaria MTP nº 1.837, de 30 de junho de 2022, levando em consideração, os princípios de risco, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, transparência e adequação à natureza de suas obrigações.
- 1.3. A Política de Investimentos traz em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados, fundos imobiliários e empréstimos consignados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais, buscando manter o equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e passivo, do RPPS.
- 1.4. A Política de Investimentos deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2024, conforme entendimento conjunto dos responsáveis pela gestão dos recursos. A vigência desta Política de Investimentos compreende o período entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.
- 1.5. A gestão de uma carteira de investimentos financeiros, por si só, já se trata de uma tarefa complexa, devido aos inúmeros fatores que estão relacionados ao processo. Independente das questões estruturais, que envolvem a tomada de decisão no âmbito doméstico, como inflação, taxas de juros, PIB e taxa de câmbio, temos que considerar as famosas questões macroeconômicas, geopolíticas e fatores externos, que estão cada vez mais presentes e impactantes. Além das questões já mencionadas, temos uma abordagem temporal sobre essa gestão que precisa ser apreciada, pois todas as obrigações legais decorrentes da legislação vigente, tomam como base o ano atual, mas sabemos que, a gestão de recursos com objetivos previdenciários, deve imperativamente olhar para um horizonte temporal mais de longo prazo.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

Importantes movimentos realizados pelo legislador, visam alertar e dotar os gestores de informações e ferramentas, que contemplem essa visão ou esse entendimento. Dessa forma, essa Política de Investimentos tem a ciência e o objetivo de implantar e preparar a carteira de investimentos do TAIÓPREV para uma visão mais adequada aos seus objetivos atuariais de médio e longo prazo, não deixando de estar atento com as questões de curto prazo. A formulação da Política de Investimentos, embora anual, precisa ser construída de forma adequada aos objetivos, perfil, liquidez necessária, nível de risco aceito e não menos importante, a realidade do cenário econômico e político previsto. É com essa visão mais abrangente, que a Política de Investimentos busca a convergência e o alinhamento dos resultados a serem obtidos pela carteira de investimentos, com as premissas atuariais do RPPS. Dessa forma, diante de todas as considerações apresentadas e das ações aqui também previstas, a estratégia de alocação resultante da implantação ou da adequação gradual dos limites propostos visam estarem alinhadas para um período de 3 a 5 anos, incluindo 2024.

1.6. Ao aprovar a Política de Investimentos 2024, será possível identificar principalmente que:

1.6.1. Os responsáveis pela gestão dos recursos, buscarão investir em ativos e produtos disponíveis e enquadrados à legislação, cujo retorno, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial e com os limites de riscos apresentados nesta Política de Investimentos. De forma complementar, poderão contar, com as informações geradas pelo estudo de ALM, que tem como objetivo, auxiliar na montagem da carteira de investimentos com uma visão de compatibilizar o fluxo financeiro, com suas obrigações previdenciárias. O estudo de ALM, mira proteger a sustentabilidade e a saúde de um sistema de previdência, administrando as variantes de risco, por isso se mostra útil para uma gestão estratégica de instituições que gerenciam investimentos de longo prazo.

1.6.2. Os responsáveis pela gestão dos recursos, direta ou indiretamente, terão ciência dos objetivos, restrições, competências e responsabilidades, acerca dos investimentos;

1.6.3. A decisão de investimento será definida, baseando-se no "Termo de Análise e Atestado de Credenciamento" das instituições e no Credenciamento ou Análise de fundos;

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

1.6.4. O RPPS seguirá os princípios da ética, boa-fé, lealdade, diligência e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimentos e a legislação vigente.

2. MODELO DE GESTÃO

- 2.1. A Resolução CMN nº 4.963 de 2021, estabelece no seu artigo 21, parágrafo 1º, os três modelos de gestão que o RPPS poderá adotar: Gestão Própria, Gestão por entidade autorizada e credenciada ou Gestão Mista.
- 2.2. Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente, sem interferência de agentes externos, o TAIÓPREV adotará o modelo de **GESTÃO PRÓPRIA** e define que a macroestratégia será elaborada pelos responsáveis pela gestão dos recursos, conforme o item 4 desta Política de Investimentos.

3. RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DOS RECURSOS

3.1. Buscando atender a legislação vigente, o TAIÓPREV define as competências, atribuições e responsabilidades de todos os agentes participantes do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre os investimentos do RPPS:

3.1.1. **Gestor/Diretor/Gerente:** Executar os investimentos e desinvestimentos com base na legislação vigente e na Política de Investimentos; em conformidade com as decisões emanadas do Comitê de Investimentos no processo decisório. Propor e apresentar ao Conselho de Administração/Administrativo/Deliberativo, a Política de Investimentos com as diretrizes e formas de gerenciamentos dos investimentos.

3.1.2. **Conselho de Administração/Administrativo/Deliberativo:** Aprovar a Política de Investimentos, estabelecendo normas para a aplicação de recursos previdenciários disponíveis, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS.

3.1.3. **Comitê de Investimentos:** Participar diretamente do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, na avaliação da conjuntura

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

econômica e na assessoria e análises do desempenho da carteira de investimentos, produtos e ativos.

3.1.4. Consultoria de Investimentos: Fornecer sistema online, disponibilizando todos os relatórios oriundos do serviço da consultoria e controladoria prestados, possibilitando a impressão e a guarda na forma de arquivos digitais, acessado por login e senha. Subsidiar os participantes do processo de gestão dos recursos, com cenários macroeconômicos para a tomada de decisão em relação aos investimentos. Auxiliar na elaboração da Política de investimentos, na análise de produtos financeiros quando solicitado, no credenciamento das instituições e dos fundos de investimentos, no enquadramento das instituições e ativos e avaliação do risco da carteira.

3.1.5. Gestor/Administrador/Distribuidor: São profissionais e agentes participantes do processo de gestão dos recursos do RPPS, diretamente ou indiretamente, que terão como competência e responsabilidades:

- A. Assegurar que os produtos ofertados e distribuídos estejam aderentes à legislação vigente e aplicáveis ao segmento;
- B. Disponibilizar todo material e informação do produto como: regulamento, lâminas de carteiras, rating do emissor do ativo e demais informações solicitadas pelo RPPS;
- C. Providenciar junto às Instituições Financeiras a documentação necessária ao processo de credenciamento do RPPS;
- D. Montar o processo de cadastro e renovação do RPPS junto aos Administradores e Gestores;
- E. Enviar e monitorar as ordens de aplicação e resgates dos clientes;
- F. Enviar mensalmente os extratos das aplicações financeiras, bem como da custódia de títulos públicos e privados (se for o caso);
- G. Realizar visitas e/ou *Conference Call*, sempre que solicitado, sobre os assuntos de interesse do cliente.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

3.2. As atribuições e responsabilidades apontadas no item 3.1.5, coexistem com as estabelecidas pela legislação existente, sendo que os administradores, gestores e distribuidores de produtos financeiros ficam incumbidos da responsabilidade de observá-las, concomitantemente a essas, ainda que não estejam expressamente mencionadas nesse documento.

4. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

4.1. A Política de Investimentos de 2024, satisfazendo a legislação vigente, estabelece normas de investimentos e desinvestimentos para auxiliar os responsáveis, numa gestão ativa dos recursos do RPPS.

4.2. Na execução das normas estabelecidas para os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados e fundos imobiliários, serão adotados os seguintes critérios:

4.2.1. No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS, até aquele momento;

4.2.2. O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;

4.2.3. Os fundos que possuem histórico de rentabilidade menor do que 12 meses poderão receber recursos, preferencialmente quando:

A. A rentabilidade do fundo estiver enquadrada nos limites estabelecidos nesta PI, para os seus respectivos segmentos;

B. O fundo replicar estratégias de gestão de investimentos anteriormente praticadas pela gestora.

4.3. Embora o RPPS busque investimentos que atendam suas necessidades atuariais no longo prazo, e para isso, poderá se utilizar de um embasamento provido pelo ALM, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

4.4. Contudo, no segmento de renda fixa, estas operações de curto prazo ocorrerão somente em fundos da classe IMA ou IDkA e não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices.

4.5. SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7 (4.963/2021)

4.5.1. TÍTULOS PÚBLICOS (INCISO I, a)

- A. As operações realizadas diretamente numa carteira própria de títulos públicos federais, deverão ser feitas por meio de plataforma eletrônica, administrada por instituições autorizadas, conforme a legislação vigente;
- B. Os Títulos Públicos Federais adquiridos diretamente, seguindo o artigo 145, da Portaria MTP nº 1.467 de 2022, deverão ser classificados e contabilizados separadamente por:
- Marcação a mercado – Disponíveis para negociação futura ou imediata;
 - Marcação na curva – Títulos mantidos até o vencimento.

4.5.2. FUNDOS 100% TÍTULOS PÚBLICOS (INCISOS I, b E I, c)

- A. Investimento: Para novas alocações, a performance em 12 meses do fundo, poderá ser de no máximo 7% abaixo da performance do seu índice de referência;
- B. Desinvestimento: Poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos investidos, quando a rentabilidade acumulada em 12 meses do fundo, for 8% menor do que a rentabilidade do seu índice de referência, durante 06 meses consecutivos.

4.5.3. FUNDOS DE RENDA FIXA – GERAL (INCISOS III, a E III, b)

- A. Investimento: Para novas alocações, a performance mínima em 12 meses, poderá ser igual ou superior a 100% do seu índice de referência.
- B. Desinvestimento: Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a 99% do seu índice de referência, durante 06 meses consecutivos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

4.6. SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL – ART. 8 (4.963/2021) E INVESTIMENTOS NO EXTERIOR – ART. 9 (4.963/2021)

4.6.1. As estratégias de investimentos e desinvestimentos, nos fundos de Renda Variável e Investimentos no Exterior, estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e ao cenário econômico interno e externo, no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS.

4.6.2. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para aplicações e resgates em fundos de renda variável e investimentos no exterior, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 4.963 de 2021, além dos limites estipulados nesta Política de Investimentos;

4.7. SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 10 (4.963/2021)

4.7.1. FUNDOS MULTIMERCADOS (INCISO I)

A. Investimento: Para novas alocações em fundos multimercados, a performance mínima em 12 meses, poderá ser igual ou superior a 100% do seu índice de referência.

B. Desinvestimento: Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos multimercados, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a 100% do seu índice de referência, durante 06 meses consecutivos.

4.7.2. FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES (INCISO II)

A. Será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no parágrafo 1º, do artigo 10 da Resolução CMN nº 4.963 de 2021.

4.8. SEGMENTO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS – ART. 11 (4.963/2021)

A. Para aplicações em FII (Fundos de Investimentos Imobiliário), será necessário ter suas cotas negociadas nos pregões de bolsa de valores.

4.9. Nos FIP (Fundos de Investimentos em Participações) e FII (Fundos de Investimentos Imobiliários), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, deverá ser realizada

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a liquidez e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de *Due Diligence* presencial.

4.10. As estratégias de investimentos e desinvestimentos aqui estabelecidas, poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:

4.10.1. Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;

4.10.2. Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;

4.10.3. Quando os recursos forem referentes à taxa de administração.

5. VEDAÇÕES

5.1. O TAIÓPREV além de seguir a todas as diretrizes, normas, definições e classificações dos produtos de investimentos impostas pela legislação vigente, as aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer às seguintes vedações impostas por esta Política de Investimentos, para os seguintes casos:

5.1.1. No caso de aquisição de Crédito Privado (Letras Financeiras), fica decidida a aquisição somente de Instituição Financeira pertencente ao segmento S1.

6. META DE RENTABILIDADE

6.1. O TAIÓPREV, em conformidade com a legislação vigente, define o parâmetro de rentabilidade perseguido, que deverá buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações.

6.2. Até a aprovação desta Política de Investimentos, foram analisadas as projeções de inflação e taxa básica de juros (Taxa Selic) para o ano de 2024, fundamentadas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil, o IFI - Instituição Fiscal Independente e outras instituições financeiras participantes do mercado.

EXPECTATIVAS PARA 2024	
IPCA	3,88%
TAXA SELIC	9,00%
JUROS REAL APROXIMADO	4,93%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

6.3. Considerando as características e as suas obrigações do passivo, o TAIÓPREV, buscará como meta de rentabilidade, uma taxa de retorno esperada acrescida de um Índice de Referência.

6.3.1. **Taxa de retorno esperada:** A Política de Investimentos estabelece como meta, a taxa de retorno esperada de 4,88%.

6.3.2. **Índice de referência:** Em linha com suas necessidades atuariais e com base nas projeções de inflação para 2024, determina-se como índice de referência a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE.

7. LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. A Resolução CMN nº 4.963 de 2021, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, Fundos Imobiliários e Empréstimos Consignados. Diante das características de suas obrigações, seus objetivos, seu NÍVEL I do Pró-Gestão, o grau de maturação e o cenário macroeconômico, a Política de Investimentos define os seguintes limites para os investimentos:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS - NÍVEL I	RESOLUÇÃO 4.963/2021	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7 - SEGMENTO DE RENDA FIXA				
I, a - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN			89,0%	
I, b - FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	50,0%	100,0%
I, c - ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	3,5%	100,0%
II - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	100,0%	0,0%	0,5%	100,0%
III, a - FI RENDA FIXA - GERAL	5,0%	0,0%	0,0%	5,0%
III, b - ETF - ÍNDICES DE RENDA FIXA - GERAL	65,0%	0,0%	20,0%	65,0%
IV - ATIVOS DE RF DE EMISSÃO DE INST. BANCÁRIAS	65,0%	0,0%	0,5%	65,0%
V, a - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR	20,0%	0,0%	13,0%	20,0%
V, b - FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	5,0%	0,0%	0,0%	5,0%
V, c - FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	5,0%	0,0%	1,0%	5,0%
ARTIGO 8 - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL				
I - FI AÇÕES			8,0%	
II - ETF - ÍNDICES DE AÇÕES	35,0%	0,0%	7,0%	35,0%
ARTIGO 9 - SEGMENTO DE INVEST. NO EXTERIOR				
I - FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA			1,5%	
II - FI - SUFIXO "INVESTIMENTO NO EXTERIOR"	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
III - FI DE AÇÕES - BDR NÍVEL 1	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
ARTIGO 10 - SEGMENTO DE INVEST. ESTRUTURADOS				
I - FI MULTIMERCADO - ABERTO			1,5%	
II - FI EM PARTICIPAÇÕES	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
III - FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO"	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
ARTIGO 11 - SEGMENTO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS				
FI IMOBILIÁRIOS			0,0%	
ARTIGO 12 - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO				
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			0,0%	5,0%
TOTAL			100,0%	

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

7.2. A coluna "estratégia alvo" se refere a um parâmetro de alocação para os investimentos, baseado no cenário econômico interno e externo, conhecido no momento da elaboração desta Política de Investimentos. Porém, tal estratégia não constitui um compromisso rígido de alocação, uma vez que o cenário econômico, o cenário político e demais fatores, influenciam na performance dos investimentos, necessitando ajustes ao longo do tempo.

7.3. O total aplicado em cada artigo e incisos deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

SOMATÓRIOS POR INCISOS - NÍVEL I	LIMITES
ARTIGO 7, I	100,0%
ARTIGO 7, III	65,0%
ARTIGO 7, V	15,0%
ARTIGO 8	
ARTIGO 8	35,0%
ARTIGO 9	
ARTIGO 9	10,0%
ARTIGO 10	
ARTIGO 10	15,0%

SOMATÓRIOS POR SEGMENTOS - NÍVEL I	LIMITES
ARTIGO 8	
ARTIGO 10	35,0%
ARTIGO 11	

8. SELEÇÃO E PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

8.1. A seleção de novos produtos para avaliação no Comitê de Investimento, é de competência da Diretoria do TAIÓPREV. Para tanto, deverá ser efetuado o Credenciamento de fundos contemplando as exigências principais, divulgadas pela Secretaria de Previdência.

8.2. Ainda, buscando mais informações a respeito de um fundo de investimentos, poderá ser elaborada uma Análise Complementar, observando os seguintes itens:

8.2.1. Análise das medidas de risco;

8.2.2. Análise dos índices de performance;

8.2.3. Análise do regulamento evidenciando as características e estratégias, enquadramento do produto e do relatório de agência de risco (se houver);

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

- 8.2.4. Análise da carteira do fundo com relação ao benchmark e a concentração por emissor. Quando se tratar de ativos de créditos, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- 8.2.5. Análise da gestora do fundo, sua experiência no mercado financeiro, equipe de gestão, patrimônio sob gestão e outras informações;
- 8.2.6. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC.

8.3. A precificação dos ativos que trata o inciso V, do artigo 4 da Resolução CMN nº 4.963 de 2021, será efetuada com base nas informações divulgadas pelos órgãos responsáveis, tais como B3, CVM e ANBIMA.

9. GESTÃO DE RISCO

9.1. O TAIÓPREV estabelece em sua Política de Investimentos, regras que permitam identificar, avaliar e controlar, alguns dos principais riscos aos quais os investimentos estão expostos, que são: risco de mercado, de crédito e liquidez. Abaixo, apresentamos as medidas de risco que serão utilizadas para a gestão de riscos da carteira do RPPS:

9.1.1. RISCO DE MERCADO

A. **Volatilidade Anualizada:** é o nome que se dá ao Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio de mercado.

B. **Value at Risk - VaR:** o VaR sintetiza a maior perda esperada para a carteira, no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

C. O controle do Risco de Mercado da carteira, deverá ser feito de acordo com os seguintes parâmetros, analisando os últimos 12 meses:

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

MEDIDAS DE RISCO	LIMITE MÁXIMO
VOL	6,0%
VAR	10,0%

9.1.2. RISCO DE CRÉDITO

- A. Os ativos de crédito privado que compõem a carteira de investimento e seus respectivos emissores, devem ser considerados de baixo risco de crédito, preferencialmente, com classificação mínima (BBB) por agência classificadora de risco estrangeira (vide anexo I).
- B. Em relação aos investimentos em FIDC - Cota Sênior, a classificação mínima (A) por agência classificadora de risco estrangeira (vide anexo I).
- C. O TAIÓPREV atendendo a legislação vigente, estabelece como limite para investimentos em títulos privados, de emissão de uma mesma pessoa jurídica ou de um mesmo conglomerado econômico ou financeiro, 20% dos seus recursos por emissor.

9.1.3. RISCO DE LIQUIDEZ

- A. Considerando a característica dos investimentos do RPPS, o risco de liquidez a ser mitigado é a possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações futuras. Levando-se em consideração a posição atual e os fluxos futuros, fica estabelecido que o limite mínimo de liquidez para a carteira de investimentos será de 20% do patrimônio líquido com prazo menor de 90 dias.

9.1.4. STRESS TEST

- A. Buscando o complemento na avaliação do cenário de risco, ao qual a carteira está exposta, deverá ser aplicado um *Stress Test*, para estimar a perda que o RPPS incorreria em um cenário de forte estresse no mercado.

10. ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO

- 10.1. Avaliar o resultado de uma carteira não consiste apenas em comparar o resultado obtido com seus ativos. Além de avaliar o retorno, e as métricas de risco acima mencionadas, também devemos olhar as medidas de desempenho. O TAIÓPREV fará o acompanhamento mensal das seguintes métricas de desempenho:

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

- 10.1.1. **Beta** - Avalia a sensibilidade da carteira em relação ao risco do mercado como um todo, representado pelo Índice Ibovespa. Calculando o Beta da carteira, tem-se uma estimativa da sua exposição total a este risco.
- 10.1.2. **Sharpe** - Quantifica a relação entre a Volatilidade da carteira e seu retorno excedente a um ativo livre de risco. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a carteira teve acima do ativo livre de risco, devido à sua maior exposição ao risco do mercado.
- 10.1.3. **Tracking Error** - Mensura o quão aderente a carteira é ao seu benchmark.
- 10.1.4. **Treynor** - Similar ao Sharpe, utilizando o Beta no cálculo, ao invés da Volatilidade da carteira. Valores negativos indicam que a carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado.

11. PLANO DE CONTINGÊNCIA

11.1. O TAIÓPREV estabelece que poderá adotar os procedimentos abaixo, visando readequar a carteira de investimentos à legislação vigente e as normas desta Política de Investimentos.

11.1.1. **Descumprimento dos limites e requisitos da legislação vigente ou da Política de Investimentos**: Será efetuada a regularização logo após identificação do descumprimento à legislação vigente, com movimentações dos recursos, observando o estabelecido no item 4 – Estratégias de Investimentos e Desinvestimento, visando evitar perda de rentabilidade ou exposição desnecessária a qualquer tipo de risco.

11.1.2. **Excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos**: Caso os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS, entendam a existência de fatores que possam aumentar a exposição do risco de mercado, de crédito e de liquidez, com potencial perda de recursos da carteira, será efetuada uma análise da carteira em reunião com os responsáveis diretos pelos investimentos do RPPS para avaliação do ajuste necessário.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

- 11.1.3. Ultrapassado os limites de VOL e VAR: O gestor de recursos do RPPS deve convocar o Comitê, em até 5 dias úteis da divulgação do último relatório, para definição das medidas necessárias para sanar o desenquadramento do risco estipulado. Deve também, seguir analisando nos meses seguintes os resultados de risco em 12 meses, frente aos eventos políticos e econômicos enfrentados, evitando assim decisões precipitadas.

12. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

- 12.1. O TAIÓPREV busca, através da sua Política de Investimentos, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos métodos para o processo de credenciamento das instituições financeiras e os produtos por ela ofertados, criadas rotinas periódicas de envio das informações destas instituições e dos produtos que receberam recursos deste RPPS, e normas para divulgação dos resultados.
- 12.2. A diretoria realizará reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão dos recursos do RPPS, com o objetivo de avaliar a performance das aplicações financeiras, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, poderão ser chamados os gestores e representantes das instituições onde os recursos estão alocados.

13. CRENCIAMENTO DAS INST. FINAN. E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

- 13.1. O credenciamento de instituições financeiras e fundos de investimentos, serão efetuados seguindo a legislação vigente, utilizando como base os modelos disponibilizados pela Secretaria de Previdência.

14. ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS

- 14.1. As instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos, independentemente do segmento, deverão remeter as carteiras de investimentos de forma

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

aberta, no mínimo mensalmente ou por solicitação do RPPS. Onde deverá ser possível examinar ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado, bem como a participação na carteira do fundo, com o intuito de avaliar a consolidação total nos ativos e o risco da carteira de investimentos.

15. DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

- 15.1. O RPPS disponibilizará mensalmente, em seu endereço eletrônico ou por meio físico, um relatório de gestão de investimentos, que permita ao ente e aos seus servidores, acompanhar as estratégias de investimentos, distribuição da carteira, retorno financeiro, a sua rentabilidade, as movimentações de aplicação e resgate e o enquadramento da carteira em relação a legislação e a Política de investimentos.

16. CENÁRIO ECONÔMICO

16.1. CENÁRIO ECONÔMICO EXTERNO

- 16.1.1. **MUNDO** – Após o comportamento da maioria dos bancos centrais adotarem uma política monetária mais rígida neste ano, a fim de conquistar o objetivo de trazer a inflação para a meta, percebe-se que, de forma geral, essa variável ficou caracterizada por uma persistência no tempo. As expectativas estavam centradas para uma desaceleração temporal das atividades econômicas como efeito de um aperto monetário. No entanto, os sequentes resultados de dados econômicos, no primeiro semestre, contrariaram a visão de mercado com um consumo persistente, uma resiliência no mercado de trabalho e setores com apurações altistas, principalmente serviços.

De maneira geral, os Bancos Centrais estão comprometidos em manter a estratégia de juros altos até que a inflação mostre uma tendência clara de desaceleração em direção à meta. Juros elevados implicam em um período prolongado de financiamento externo mais caro. Os investidores devem adotar uma postura mais cautelosa com mercados emergentes, devido a saída de fluxo de capital para países mais desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos que

apresentam títulos públicos com taxas atrativas. Ademais, uma política monetária contracionista tende a provocar um enfraquecimento generalizado dos setores de crescimento da economia.

16.1.2. ESTADOS UNIDOS – Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed) continuou adotando uma política de aperto monetário para reduzir a inflação no decorrer dos meses desse ano. Durante essa fase, a economia acumulou dados de aquecimento econômico, pressão salarial com a situação do mercado de trabalho apertado, falência de bancos e possível crise bancária, além do ritmo lento de desaceleração inflacionária.

Apesar do Fed afirmar a capacidade dos Estados Unidos reduzir os níveis de inflação sem prejudicar substancialmente a economia, existe um cenário provável de desaceleração econômica para o próximo ano. O consumo apresenta um grau de aquecimento, mas as condições financeiras estão se tornando cada vez mais restritivas e devem afetar na relação de custo de vida, à medida que o acúmulo de poupança durante a pandemia se esgota. Do ponto de vista econômico, faz sentido a direção que a situação atual encaminha, uma vez que existe a questão temporal dos efeitos de uma política monetária contracionista sobre indicadores da economia.

A questão fiscal segue em alerta com o ritmo acelerado do aumento dos gastos. No segundo trimestre deste ano, ocorreu a possibilidade de o governo dar default em sua dívida. No entanto, esse problema foi contornado pela suspensão do teto da dívida. Como consequência, detectou uma deterioração orçamentária e redução do padrão adequado de governança. Essa circunstância ocasionou uma maior emissão de títulos públicos e conseqüentemente a exigência de maior prêmio pelo mercado ao adquirir a posse desse ativo.

Em uma análise histórica, detecta-se um comportamento de correção da renda variável após reversão da estratégia de política monetária do Fed, a qual pode ocorrer no segundo semestre do próximo ano. Outra pauta a considerar é a combinação da forte alta dos juros longos e o choque da produção do petróleo, que pode contribuir com um viés de economia enfraquecida em ritmo mais acelerado.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

16.1.3. ZONA DO EURO – A Zona do Euro iniciou 2023 com um crescimento mais resiliente do que o esperado, além de menores pressões sobre os preços de energia. No entanto, a inflação subjacente permaneceu elevada, reflexo de um mercado de trabalho aquecido, um crescimento salarial robusto e pressão sobre preços, como se verifica no componente de serviços. Diante desse cenário, o Banco Central Europeu (BCE) vinha adotando uma postura mais cautelosa para o aperto monetário, dada a possibilidade de uma recessão. Finalmente, a presidente do BCE, Christine Lagarde, declarou que a taxa básica de juros no patamar 4,5% seria suficiente para trazer a inflação para meta.

A perspectiva da conjuntura econômica da Zona do Euro aponta para uma tendência de desaceleração, com evidências concretas de perda de ritmo do setor industrial e serviços desenhando o mesmo trajeto. Esse acontecimento pode arrefecer as apurações de dados econômicos, como mercado de trabalho e preços, mas a projeção de inflação ficará acima dos 3% no próximo ano e longe da meta. Além disso, a invasão da Rússia continua em um impasse, afeta o preço de commodities e conseqüentemente promove um extensivo impacto humano e econômico.

16.1.4. CHINA – Na China, após o fim da política zero Covid no início do ano, as autoridades chinesas almejavam promover uma recuperação econômica relevante, mesmo que o resto do mundo estivesse em desaceleração. Sua economia apresentou um expressivo crescimento do primeiro trimestre, mas foi deteriorando nos meses seguintes, uma vez que ficou evidente uma demanda interna enfraquecida, além de um ritmo lento da produção nas principais atividades econômicas.

Por essa razão, foi construído uma perspectiva pessimista sobre a possibilidade de a China apresentar bons resultados neste ano, principalmente ao considerar o enfraquecimento do setor imobiliário, sendo este um dos principais propulsores de sua economia. Diante desses empecilhos, o governo resolveu adotar uma série de estímulos para contornar as projeções, tanto pelo lado fiscal quanto pelo monetário. O segundo semestre apresenta mais uma estabilização da economia do que crescimento e pode sugerir que o pior cenário ficou no

passado. É relevante mencionar que a estratégia do governo chinês é concentrar os esforços em aquecer a demanda interna, mas é perceptível que existe um grau de temor por parte de sua população em consumir. Posto essa conjuntura, seria apropriado manter uma postura mais cautelosa a respeito de investimentos direcionados à China.

16.2. CENÁRIO ECONÔMICO INTERNO

16.2.1. **BRASIL** – No Brasil, o ano iniciou com uma desaceleração disseminada da atividade econômica, seja pelo nível de incerteza do quadro fiscal, por um aperto nas condições financeiras e pela redução generalizada dos níveis de confiança. O mercado de trabalho se arrefecia com uma leve aceleração da taxa de desocupação, mas havia um crescimento da massa salarial. Diante de um aperto monetário consolidado, o processo desinflacionário seria iminente, embora os índices de preços ao consumidor e as médias dos núcleos de inflação estivessem em patamares relativamente elevados naquele momento.

A surpresa do primeiro semestre veio com o expressivo resultado do Produto Interno Bruto (PIB). Em um cenário base caracterizado pelo arrefecimento da atividade econômica, o destaque seria explicado pelo ótimo desempenho do setor agropecuário no primeiro trimestre e serviços financeiros no segundo trimestre. Outro imprevisto foi o melhor relacionamento do Ministro da Fazenda com o mercado, momento em que reduzia a incerteza referente a condução orçamentária do governo e possibilitaria uma melhora na ancoragem das expectativas da inflação com a introdução de um novo arcabouço fiscal, reformas tributárias e uma resolução do debate sobre as metas de inflação.

Por efeito de maior otimismo, o desempenho da economia brasileira era revisado positivamente nos últimos meses, devido a fatores externos e internos. Inicialmente, a possibilidade de reabertura chinesa e a resiliência econômica mundial de forma geral, elevava a demanda externa por commodities brasileiras. No país a demanda interna era influenciada por duas forças contrárias, ou seja, os efeitos defasados da política monetária contracionista e pela política fiscal expansionista.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

Nesse momento é importante mencionar que as medidas fiscais implementadas pelo governo atual foram responsáveis pelo impulso do nível de atividade econômica, com o auxílio de renda para as famílias, com a viabilização de investimentos públicos e maior consumo do governo. Em contrapartida, destacava cada vez mais a fragilidade financeira das famílias com salários comprometidos para dívidas, além do alto custo de financiamento das empresas, fatores que sugerem um processo de desaquecimento da economia nos próximos meses.

Por outro lado, o segundo semestre corrobora com uma visão mais deteriorada da economia mundial, além de consolidação de incertezas fiscais. Ao observar uma perspectiva mais pessimista sobre a capacidade do governo cumprir com a meta fiscal de déficit zero no próximo ano, percebe-se uma elevação de prêmio de risco e da inflação implícita. Por essa razão, as expectativas de inflação de longo prazo estão projetadas acima da meta e consequentemente comprometeria o ritmo de desinflação.

O rápido aumento das taxas de juros nos Estados Unidos representa um desafio significativo para o mercado brasileiro. Destaca-se que o Brasil precisará ajustar as políticas macroeconômicas e financeiras para mitigar o impacto negativo do aumento das taxas de juro globais e dos Estados Unidos.

Apesar das revisões positivas do PIB no ano, a tendência é de desaceleração, como indica o desempenho das receitas federais. A acomodação dos preços das commodities gera menor incentivo a investimentos, a política monetária restritiva reduz a oferta de crédito e o consumo deve estagnar no semestre. Essa combinação de resultado também tem implicações importantes para o planejamento e políticas públicas.

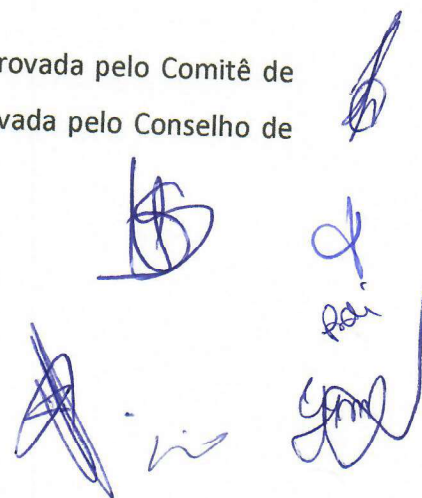
As expectativas de crescimento forte de arrecadação estão comprometidas, dadas as condições atuais da conjuntura econômica. Consequentemente, a formulação de ajuste fiscal precisa levar em consideração o controle dos gastos. Outra consideração se refere ao cronograma da aprovação da reforma tributária que poderia fornecer maior previsibilidade da receita do governo e aprimorar o planejamento orçamentário. A estruturação dessa reforma pode viabilizar

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

ganho de produtividade e potencial de maior crescimento do PIB no longo prazo. Uma política fiscal mais contracionista no próximo ano caso queiram cumprir a meta fiscal e monetária menos contracionista pode aliviar inflação e trazer um crescimento econômico via consumo e investimentos.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. A Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2024, considerando as projeções micro e macroeconômicas no intervalo de 12 meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento, conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas.
- 17.2. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar em sua Política de Investimentos as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimentos. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimentos e servem como trava de segurança, (a exemplo, vedações e regras de investimentos) deverão permanecer inalterados.
- 17.3. As estratégias definidas nesta Política de Investimentos, deverão ser integralmente seguidas pelos responsáveis pela gestão dos recursos, que de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial.
- 17.4. A Política de Investimentos do **TAIÓPREV** foi devidamente aprovada pelo Comitê de Investimentos em 22 de novembro de 2023, Ata nº 11/2023 e aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de novembro de 2023, Ata nº 11/2023.





18. ASSINATURAS

Indira Jansen

Representante da Unidade Gestora
Presidente

Marcio Farias
MARCIO FARIAS

Camila Hodlich Montagna Michely

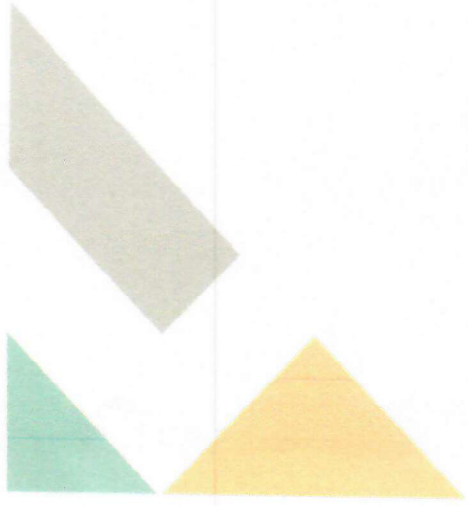
Ducan R. Melhado
Ducan R. Melhado

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

19. ANEXO I - LISTA DE RATINGS

MOODY'S	STANDARD & POOR'S	FITCH RATINGS	SIGNIFICADO
AAA.BR	AAA	AAA	RISCO BAIXÍSSIMO. O EMISSOR É CONFIÁVEL.
AA	AA	AA	ALTA QUALIDADE, COM PEQUENO AUMENTO DE RISCO NO LONGO PRAZO.
A	A	A	ENTRE ALTA E MÉDIA QUALIDADE, MAS COM VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS.
BAA	BBB	BBB	MÉDIA QUALIDADE, MAS COM INCERTEZAS NO LONGO PRAZO.
BA	BB	BB	QUALIDADE MODERADA, MAS NÃO TOTALMENTE SEGURO.
B	B	B	CAPACIDADE DE PAGAMENTO ATUAL, MAS COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA NO FUTURO.
CAA	CCC	CCC	BAIXA QUALIDADE COM REAL POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA.
CA	CC	-	QUALIDADE ESPECULATIVA E COM HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA.
C	C	-	BAIXA QUALIDADE COM BAIXA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
-	D	DDD	INADIMPLENTE DEFAULT.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024

20. ANEXO II – ADESÃO AO NÍVEL II DO PRÓ-GESTÃO

20.1. No evento de adesão do Instituto ao Nível II do Pró-Gestão, a distribuição da carteira seguirá os limites determinados pela Resolução 4.963/2021 da seguinte forma:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS - NÍVEL I	RESOLUÇÃO 4.963/2021	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7 - SEGMENTO DE RENDA FIXA				
I, a - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN			89,0%	
I, b - FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	50,0%	100,0%
I, c - ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	3,5%	100,0%
II - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS				
III, a - FI RENDA FIXA - GERAL	5,0%	0,0%	0,0%	5,0%
III, b - ETF - ÍNDICES DE RENDA FIXA - GERAL	70,0%	0,0%	20,0%	70,0%
IV - ATIVOS DE RF DE EMISSÃO DE INST. BANCÁRIAS	70,0%	0,0%	0,5%	70,0%
V, a - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR	20,0%	0,0%	13,0%	20,0%
V, b - FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
V, c - FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	10,0%	0,0%	1,0%	10,0%
ARTIGO 8 - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL				
I - FI AÇÕES			8,0%	
II - ETF - ÍNDICES DE AÇÕES	40,0%	0,0%	7,0%	40,0%
ARTIGO 9 - SEGMENTO DE INVEST. NO EXTERIOR				
I - FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA			1,5%	
II - FI - SUFIXO "INVESTIMENTO NO EXTERIOR"	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
III - FI DE AÇÕES – BDR NÍVEL 1	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
ARTIGO 10 - SEGMENTO DE INVEST. ESTRUTURADOS				
I - FI MULTIMERCADO - ABERTO			1,5%	
II - FI EM PARTICIPAÇÕES	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
III - FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO"	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
ARTIGO 11 - SEGMENTO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS				
FI IMOBILIÁRIOS			0,0%	
ARTIGO 12 - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO				
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			0,0%	
TOTAL	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
			100,0%	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a signature in the middle, and several initials and signatures on the right side of the page.